

IAOD do Deputado Lei Chan U em 20.06.2023

As partes laboral, patronal e o Governo devem continuar a esforçar-se para promover a justiça social e alcançar um trabalho digno

A 111.^a Conferência Internacional do Trabalho realizou-se de 5 a 16 de Junho, em Genebra, na Suíça, tendo o Director-geral da Organização Internacional do Trabalho apresentado o relatório temático “Promoção da justiça social” (Relatório), no qual se indica que o mundo está a enfrentar uma série de desafios distintos, mas interligados, incluindo as consequências da COVID-19, o aumento constante do custo de vida e a instabilidade geopolítica, etc., o que tem impacto no mundo laboral ou até reverte os progressos em matéria de justiça social.

O “Relatório” examina os graves problemas reais enfrentados pelo mundo laboral de hoje e descreve a visão de promover a justiça social e um trabalho digno, fornecendo também orientações para o desenvolvimento pós-epidemia e a protecção dos direitos e interesses laborais dos trabalhadores. A COVID-19 provocou o desemprego de centenas de milhões de pessoas e o maior aumento da população pobre do mundo desde a Segunda Guerra Mundial, o que inverte as conquistas ao nível de vida e revela as fragilidades das políticas sociais e económicas de cada país.

Segundo o Relatório, o mundo laboral depara-se com alguns problemas graves, como a injustiça, a desigualdade e a falta de garantias, portanto, há que adoptar acções para promover a justiça social, sendo fundamentais, para tal, a prestação de um emprego decente e o acesso a este.

O trabalho digno é crucial para a concretização do desenvolvimento sustentável, e a sua promoção deve ser feita a partir de vários aspectos, tais como, elevar a tolerância e a eficácia da governação na área do trabalho, concretizar o emprego pleno, produtivo e de livre escolha e a aprendizagem permanente, revitalizar o sistema do mercado de trabalho para promover a equidade de resultados, e providenciar protecção social em todo o ciclo de vida.

Nos últimos três anos, a epidemia causou um grande impacto na economia e na sociedade locais, mas, com a liderança firme do Governo e o apoio e a colaboração de todos os sectores sociais, as partes laboral e patronal ajudaram-se mutuamente e conseguiram ultrapassar as dificuldades, assegurando-se a estabilidade social. Mas o desenvolvimento dos direitos e interesses laborais também foi afectado pela epidemia.

Com a recuperação gradual dos sectores do turismo e da economia, a meu ver, o Governo deve rever as insuficiências no desenvolvimento dos direitos e interesses laborais em Macau e definir, quanto antes, um planeamento para o mesmo. Deve ainda rever e aperfeiçoar os diversos diplomas legais laborais,

elevar racionalmente os critérios laborais, otimizar os regulamentos sobre o apoio ao emprego e a formação profissional, e aperfeiçoar o regime de salário mínimo, para assegurar que os trabalhadores possam partilhar melhor dos frutos da recuperação e do desenvolvimento económico.

O Director-Geral afirma no Relatório que é urgente reactivar o mecanismo tripartido. O Conselho Permanente de Concertação Social é um órgão consultivo responsável pela concertação entre a parte laboral, a parte patronal e o Governo, desempenhando um papel activo na concertação das relações laborais, na criação de relações laborais harmoniosas e na promoção do desenvolvimento económico. Espero que, no decurso da recuperação económica, as três partes continuem a envidar esforços conjuntos, reforcem a comunicação e apresentem, através de um diálogo eficaz entre elas, soluções para a promoção da justiça social e a concretização do trabalho digno, a fim de promover o desenvolvimento sustentável e de alta qualidade da economia e da sociedade.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 20.06.2023

Os serviços competentes devem reforçar a gestão dos terrenos desaproveitados, aproveitando-os provisoriamente para otimizar o ambiente comunitário

Segundo o Relatório de Actividades do CCAC de 2022, divulgado recentemente, a ex-Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT) recuperava os terrenos do Estado ocupados ilegalmente, mas deixava-os sem nenhuma gestão adequada. Mais, divulgou que os recursos de solos de Macau são escassos, mas o número de casos de má gestão não era pequeno, por isso o CCAC incluiu-os numa lista para estarem sujeitos a uma nova apreciação e acompanhamento. Mais, afirmou o CCAC que os serviços competentes estão a implementar um conjunto de medidas para resolver esta questão.

No passado, existiam muitos problemas na gestão de solos em Macau e, nos últimos anos, com o aperfeiçoamento da “Lei de Terras” e os esforços conjuntos dos diversos serviços públicos, o Governo recuperou centenas de milhares de metros quadrados de terrenos do Estado cujo prazo de concessão caducou ou que foram ilegalmente ocupados. Sem dúvida que este trabalho foi feito de forma activa e bem! Nalguns destes terrenos recuperados construíram-se habitações públicas, instalações para os serviços públicos e instalações de lazer, mas também há muitos terrenos reservados para satisfazer as necessidades do futuro desenvolvimento. Assim, solicito mais uma vez ao Governo que adopte uma atitude proactiva, com vista a reforçar os trabalhos de gestão dos terrenos não aproveitados e a racionalizar o uso do recurso dos solos.

Muitos terrenos recuperados, e cujo aproveitamento não está previsto para curto e médio prazo, estão desaproveitados há muito tempo, estando apenas vedados e assinalados como terrenos do Estado, pelo que estes recursos não estão devidamente bem aproveitados e geridos. Isso, por um lado, é um grande desperdício, porque os recursos de solos são escassos e temos muito pouco espaço em Macau e a cidade desenvolve-se de forma muito rápida; por outro, alguns terrenos estão repletos de ervas daninhas, com água estagnada e lixo, afectando os residentes da zona envolvente. Para resolver estes problemas, os serviços competentes precisam de efectuar trabalhos de remoção de lixo, de ervas daninhas e extermínio de mosquitos, um trabalho extra em que se desperdiça recursos humanos. Assim, com vista a gerir bem os terrenos desaproveitados, a sociedade tem vindo a sugerir ao Governo que aproveite bem os terrenos que não dispõem de um plano de desenvolvimento a curto e médio prazo, e que construa mais zonas comunitárias, instalações de lazer e parques de estacionamento, etc., a fim de melhorar as instalações comunitárias.

A Administração apenas diz que, quando outros serviços públicos necessitarem, podem requerer a concessão provisória dos terrenos e, se se entender que as condições estão reunidas, o serviço público sob tutela dos transportes e obras públicas presta a devida colaboração. A questão é: neste momento há muitos terrenos desaproveitados e será que, na opinião do serviço responsável, não há procura? Ou será que há procura, mas não há necessidade de conceder os terrenos? Ou será que o serviço responsável pela gestão de terrenos não está disposto a permitir isso? O que se entende por condições adequadas? O público não sabe. Segundo a Administração, há dificuldade em recuperar os terrenos concedidos por isso, nem sempre é permitida a concessão provisória. Será razoável esta atitude de que “nada se vai fazer, quando as tarefas são difíceis”? A “Lei de Terras” define que a gestão e o aproveitamento dos terrenos do Estado devem obedecer a vários princípios, incluindo o do aproveitamento útil e efectivo, a fim de assegurar o uso oportuno e racional dos terrenos e o aproveitamento eficaz dos solos. Os solos são recursos preciosos, por isso, não podem nem devem ser planeados e aproveitados de forma precipitada, antes, os terrenos devem ser desenvolvidos gradualmente, nos termos da lei. Mas deixar os terrenos desaproveitados por um longo período de tempo, sem se ponderar o seu aproveitamento a curto prazo para melhorar as condições de habitabilidade, está ou não conforme os princípios fundamentais da referida lei e os interesses dos residentes? Trata-se de uma questão que merece a ponderação do Governo.

Pelo exposto, solicito mais uma vez ao Governo que estude a melhor forma de utilizar os terrenos desaproveitados, que proceda ao simples nivelamento dos terrenos perto de zonas habitacionais e os transforme, por exemplo, em espaços verdes ou de lazer para a população e, com eles, aumente o número de instalações desportivas e parques. Veja-se ainda o terreno antes previsto para o “Parque Oceanis”, que pode ser destinado, prioritariamente, à construção de vias verdes e ciclovias ao longo da orla costeira, aumentando os espaços verdes e de lazer. Mais, outros terrenos desaproveitados podem ser utilizados para melhorar a prática de actividades dos residentes ou servir de instalações turísticas e de transportes públicos, ou até para estacionamento de veículos. Convém frisar ainda que os terrenos desaproveitados localizados em zonas menos povoadas, como no Pac On, podem ser arrendados aos sectores de construção civil, transportes ou protecção ambiental, para armazenamento de máquinas e materiais de grande dimensão. Através do reforço dos trabalhos de gestão de solos e da celebração de contratos, é possível clarificar as obrigações do arrendatário, as exigências para salvaguardar uma melhor gestão dos terrenos, o valor das despesas de arrendamento, os critérios de utilização e as disposições do arrendamento, tal como sobre a recuperação dos terrenos. Espero que o Governo reforce a gestão dos terrenos desaproveitados, para alcançar os objectivos de maximizar a eficiência dos recursos, embelezar a fisionomia da cidade e o ambiente habitacional, e apoiar o desenvolvimento do sector em causa.

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 20.06.2023

Prorrogação do prazo do plano de “pagamento de juros apenas com suspensão da amortização do respectivo capital”

Com vista a ajudar os diversos sectores e os residentes a ultrapassarem as dificuldades causadas pela epidemia, com o apoio do Governo, o sector bancário lançou, em 2020, o plano de “pagamento de juros apenas com suspensão da amortização do respectivo capital” e prorrogou, várias vezes, o prazo dessa medida, a fim de aliviar a pressão dos cidadãos nos negócios e na vida quotidiana. O prazo do plano termina no final deste ano. Mas, com o regresso à normalidade nos postos fronteiriços, a recuperação económica e o aumento salarial ainda não voltaram aos níveis antes da epidemia; a inflação manteve-se e as taxas de juro nos EUA subiram, assim, a pressão dos proprietários para pagamento das prestações também aumentou.

De acordo com os dados estatísticos da AMCM, o rácio das dívidas não pagas de empréstimos hipotecários para habitação e de empréstimos comerciais para actividades imobiliárias tem aumentado mensalmente, e o rácio de empréstimos mal parados não tem tendência a diminuir, reflectindo, em certa medida, a situação económica que os proprietários e empresários de Macau estão a enfrentar, fazendo soar o alarme. Espero que as autoridades ponderem e autorizem a prorrogação do prazo do referido plano, para que os residentes e as empresas possam descansar e adaptar-se ao mercado, depois da reabertura dos postos fronteiriços.

Mas, embora o referido plano possa ajudar os residentes a resolver a curto prazo as dificuldades económicas e a ultrapassar um período especial, num contexto de altas taxas de juro, alto custo de vida e abrandamento significativo do aumento de rendimentos, sugere-se que os serviços competentes tomem como referência as experiências de Hong Kong e Taiwan, no que respeita à “dedução dos juros do empréstimo para habitação” e, tendo em conta a taxa dos juros de empréstimo hipotecário, o preço da habitação, entre outros factores, estudem a viabilidade de considerar as despesas com juros de amortização de habitação própria como um item para dedução do imposto, por forma a aliviar a pressão financeira dos compradores através dessa isenção fiscal.

Para além de medidas de apoio aos cidadãos, o Governo e os diversos sectores têm envidado esforços para atrair os turistas a consumirem em Macau, mas o seu fluxo concentra-se, principalmente, nas zonas turísticas e, nos feriados, nas zonas comunitárias a situação está calma. Os frutos da recuperação económica não estão a beneficiar a maioria dos cidadãos e os seus rendimentos ainda não voltaram aos níveis pré-pandémicos, ou até recuaram, enfraquecendo a sua capacidade de consumo, ou aqueles optaram por viajar para o exterior para consumir. Com a aproximação da época alta das férias de Verão, espero que o Governo estude e faça um balanço sobre a cultura dos diversos bairros

comunitários e que, através de acções de divulgação, desenvolva o modelo de “passeio pela cidade”, destacando a sua cultura e os costumes humanísticos, atraindo turistas e residentes para os bairros antigos e revitalizando a economia nessas zonas. Mais, deve-se organizar cursos sobre as técnicas de visitas guiadas de turismo às zonas comunitárias, estratégias de “marketing”, etc., para ajudar as lojas e os cidadãos a aproveitarem as oportunidades.

A longo prazo, o desenvolvimento das indústrias de “1 + 4” ainda precisa de tempo. Além disso, com a estratégia nacional da “Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau” e as mudanças no desenvolvimento económico local e no ambiente externo, neste momento, a economia de Macau encontra-se, sem dúvida, numa fase difícil de reconversão que envolve diversos sectores, com relação também ao ambiente de emprego e à reconversão profissional dos quadros qualificados. Após a recolha de opiniões sobre o “Plano de Desenvolvimento da Diversificação Adequada da Economia da RAEM (2024-2028)”, aquando da sua revisão, espero que as autoridades tenham em consideração as questões referidas, aditando mais elementos, e que ponderem formas de ajudar a sociedade e os cidadãos a ultrapassarem as dificuldades decorrentes da reconversão económica.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 20.06.2023

Optimizar a concepção no topo da pirâmide para a redução de emissões de carbono e definir indicadores de trabalho concretos

Para comemorar o Dia Mundial do Ambiente, o Governo da RAEM, em colaboração com as províncias e cidades da Grande Baía, organizou o Festival para comemorar o Dia Mundial do Ambiente 2023 na Grande Baía, com vista a divulgar à sociedade informações ambientais sobre a vida de baixo carbono, alertar a sociedade para prestar atenção à situação ambiental global e aos prejuízos causados ao ambiente pela actividade humana, e reforçar a consciência e o trabalho de conservação energética e de redução de carbono.

De facto, com o aquecimento global, reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e lutar contra as alterações climáticas são responsabilidades comuns de toda a humanidade. Assim, o Governo, em articulação activa com o objectivo nacional de “duplo carbono”, tem-se empenhado na elevação da qualidade ambiental de Macau e na construção de uma cidade de baixo carbono, e já no 2.º Plano Quinquenal de Macau e no Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2021-2025) se refere a necessidade de haver uma articulação com os objectivos nacionais de alcançar o “pico de carbono” e a “neutralidade de carbono”, e de definir os objectivos e estratégias de combate às alterações climáticas em Macau. Mas, como os respectivos trabalhos envolvem diferentes âmbitos, é necessário concluir o estudo das estratégias de redução de carbono a longo prazo de Macau e analisar a sua tendência futura de emissão de carbono, e depois entregar os resultados aos serviços de protecção ambiental, para definir as estratégias e os objectivos concretos de redução de carbono, por isso, os respectivos trabalhos ainda não foram divulgados.

Segundo o “Relatório do Estado do Ambiente de Macau 2022”, divulgado recentemente pelas autoridades de Macau, no ano passado, houve um aumento das emissões de gases com efeito de estufa (GEE), em comparação com o ano de 2021; e os transportes terrestres continuam a ser a principal fonte de poluentes atmosféricos e de emissões de GEE em Macau. O sector que ocupa a maior proporção do consumo de energia é o do comércio, representando mais de 70 por cento do consumo total. Tudo isto exige que o Governo optimize a proporção do uso de energia limpa, promova as energias renováveis e a construção verde, acelere a generalização dos veículos eléctricos, etc., a fim de acelerar a transformação verde.

Tomando Zhuhai como referência, foi publicado recentemente o “Aviso sobre a implementação do plano de desenvolvimento do ‘Pico de emissões de carbono’ da Cidade de Zhuhai”, no qual se refere expressamente que, até 2025, o consumo energético do PIB da região irá diminuir 14,5 por cento em relação a

2020 e que até 2030 vão ser concretizadas as metas específicas relativas ao “Pico de emissões de carbono”, implementando “13 acções”, com vista a promover a transformação verde na fase de produção e no estilo de vida junto dos diversos sectores e áreas, por exemplo, criação de um sistema de monitorização estatística das emissões de carbono, promoção da transformação verde da indústria transformadora tradicional, desenvolvimento conjunto da indústria de baixo carbono, etc.

Pelo exposto, em Macau, há ainda muito espaço para melhoria no caminho rumo à concretização da “dupla meta de carbono”. Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Em termos de planeamento global, o Governo tem um plano e uma orientação para a promoção da concretização da “dupla meta de carbono”, que se traduz no alcançar do pico de emissões de carbono e da neutralidade de carbono, mas ainda não estabeleceu os objectivos concretos. Ao mesmo tempo, a concretização da “dupla meta de carbono” envolve não só a área dos transportes e obras públicas, mas também a economia, a administração, a educação, entre outras. Por isso, sugiro ao Governo que crie um grupo de trabalho interdepartamental, para definir, claramente, os indicadores de redução do carbono e os padrões de eficiência energética das diversas instalações, e elabore um relatório anual de acompanhamento e avaliação, para promover, plenamente, o desenvolvimento verde e de baixo carbono.

2. Actualmente, o Governo recorre, principalmente, à promoção de deslocações verdes para reduzir as emissões de carbono dos transportes. Entretanto, de acordo com os dados estatísticos, as actividades comerciais são o cenário em que se consome mais energia em Macau e, com o aumento gradual do número de turistas neste ano, serão realizados muitos concertos, entre outros grandes eventos, em que a energia consumida, os resíduos sólidos produzidos e até os artigos descartáveis usados no alojamento resultarão em emissões de carbono. Assim, sugiro ao Governo que defina requisitos de compensação de carbono para os grandes eventos e crie um sistema de monitorização estatística de emissões de carbono, para acelerar os trabalhos de redução de carbono, começando pelas actividades que impliquem um maior consumo de energia.

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 20.06.2023

Prestar atenção ao aumento contínuo do Índice de Preços no Consumidor e lançar um novo cartão de consumo, para atenuar as dificuldades das camadas sociais mais baixas

Segundo os dados dos Serviços de Estatística e Censos, o Índice de Preços nos Consumidores (IPC) Geral de Abril de 2023 atingiu 104,43, cresceu 0,85 por cento em termos anuais e 0,15 por cento em termos mensais, devido à subida dos custos das refeições adquiridas fora de casa, das propinas escolares, dos preços dos produtos hortícolas, da fruta e da gasolina, entre outros.

De acordo com os dados divulgados pelo Governo, entre Janeiro e Abril deste ano, o Índice de Preços nos Consumidores registou apenas um ligeiro aumento mensal, no entanto, as principais categorias que contribuíram para esse aumento estão relacionadas com as despesas diárias da população, por isso, a descida dos preços dos bilhetes de avião, das telecomunicações, das bebidas alcoólicas e do tabaco compensou a subida dos preços, mas, na verdade, muitos residentes, sobretudo as famílias das camadas sociais mais baixas, continuam a enfrentar pesados encargos.

Um economista de Macau afirmou, recentemente, que o ritmo do crescimento económico ainda não está estável, e que o consumo privado está a diminuir, portanto, o Governo deve continuar a aumentar a procura interna e a confiança, para atrair os residentes a permanecer e consumir em Macau. De facto, a economia de Macau está a recuperar gradualmente, mas nem todos os residentes beneficiam directamente disso, pois os preços dos produtos aumentam continuamente e as despesas diárias da maioria das famílias foram suportadas através do cartão de consumo e do plano de subsídio de vida. Assim sendo, há vozes na sociedade que esperam que o Governo pondere sobre a continuação do cartão de consumo, para aliviar a pressão económica dos residentes e aumentar a procura interna.

É de salientar que os preços dos produtos são inseparáveis da vida da população, e a sua subida contínua e irracional tem grande impacto para muitas famílias, sobretudo para as das camadas sociais mais baixas. Os serviços competentes devem, através de um mecanismo de investigação claro e transparente, esclarecer os factores que levaram à formação dos preços e a sua racionalidade, no sentido de proteger efectivamente os direitos e interesses dos consumidores. O Governo deve ainda, através de medidas eficazes de apoio, aperfeiçoar os trabalhos de comparação de preços, por forma a aliviar os encargos das camadas sociais mais baixas, resultantes da constante subida dos preços dos produtos, e a concretizar as políticas para atenuar as dificuldades da população.

Assim sendo, apresento as seguintes duas opiniões e sugestões:

1. A Lei de protecção dos direitos e interesses do consumidor entrou em vigor há cerca de um ano e meio e os regulamentos complementares ainda não foram publicados. Assim, apelo aos serviços competentes para que concretizem, quanto antes, os respectivos trabalhos, para activar, eficazmente, o mecanismo de investigação e estudo de preços previsto na Lei, maximizando, assim, os devidos efeitos na protecção dos direitos e interesses dos consumidores. Mais, sugiro que se continue a melhorar o conteúdo do “Posto de informações de preços de Macau”, especialmente quanto à comparação de preços, apresentação de informações e actualização do tempo, para facilitar a consulta e a comparação pelos consumidores, aumentando a vontade de utilização do público.

2. Proponho ao Governo que continue a fiscalizar os preços no mercado, para assegurar que os preços dos produtos de primeira necessidade sejam razoáveis, acompanhe de perto a vida da população e defina planos de contingência para dar apoio económico às famílias das camadas sociais mais baixas, estude, quanto antes, sobre o lançamento de um novo plano de benefícios do consumo, para que os residentes da baixa camada social possam obter o apoio adequado e atempado, reduza os encargos económicos e resultantes da constante subida dos preços dos produtos para a vida dos respectivos grupos; e, através do referido plano, estimule a procura interna, para contribuir para a recuperação económica.

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 20.06.2023

Aumentar a atractividade dos restaurantes mais antigos para reforçar o cartão de visita de “Cidade Gastronómica”

Macau tem uma cultura gastronómica única e diversificada que combina as habilidades culinárias e os sabores da China, de Portugal e de outros países asiáticos, por isso, os turistas podem experimentar comida tradicional de Portugal e da China, mas também uma vasta gama de comida de vários países do mundo, o que os faz permanecer em Macau sem pensarem em ir embora.

Os restaurantes mais antigos são o pilar da “Cidade Gastronómica”, são testemunho das mudanças e do desenvolvimento de Macau, resistiram ao tempo, e a comida tradicional que oferecem tem uma longa história, muitas vezes de décadas ou mais.

O sector do turismo está a recuperar, mas o consumo interno diminuiu de forma notória, e são muitos os relatos de refeições caras e serviços de má qualidade. Nos últimos anos, com as mudanças nos hábitos de vida e nos conceitos de consumo, o modelo de viagem da geração mais jovem de turistas também está a mudar, sendo dada ênfase à experiência de viagem pessoal. Assim, a manutenção da marca de “Cidade Gastronómica” exige quer a consolidação do posicionamento de Macau como centro mundial de turismo e lazer quer a oferta de produtos e serviços de qualidade. Primeiro, o Governo deve colaborar com o sector da restauração, para a oferta de produtos gastronómicos típicos e, ao mesmo tempo, deve promover a melhoria do ambiente dos estabelecimentos de restauração, e reforçar a qualidade dos serviços, incluindo a consciência de servir bem e com um sorriso.

A este respeito, apresento as seguintes sugestões:

1. Os estabelecimentos mais antigos devem ser reposicionados e fazer um “embrulho” (entre aspas) mais bonito para corresponderem aos gostos dos consumidores modernos. Sugiro ao Governo que tome como referência os casos de sucesso de redefinição das marcas dos estabelecimentos antigos das regiões vizinhas, conjugando-os com a força das indústrias culturais e criativas de Macau, para introduzir novos elementos e conceitos, para aumentar a sua atractividade e competitividade, e impulsionar o desenvolvimento das indústrias referidas, acompanhando a evolução dos tempos.

2. Uma das razões para os estabelecimentos mais antigos não fazerem obras de remodelação é a possibilidade de não conseguirem obter a respectiva licença. Nos últimos anos, muitos restaurantes foram obrigados a suspender as suas actividades e a proceder a rectificações, porque as obras não correspondiam às plantas elaboradas há mais de meio século ou às actuais normas de segurança contra incêndios. Como estão em causa questões de segurança contra incêndios

e de higiene, as dificuldades são muitas e tudo demora muito tempo, e como quase ninguém consegue aguentar as rendas e os custos com o pessoal e a energia, muitos proprietários sentem-se sobrecarregados, reformam-se, encerram os estabelecimentos, ou estes passam a estabelecimentos de “take away”. Espero que o Governo defina diplomas legais favoráveis à remodelação e valorização dos estabelecimentos antigos, ajudando-os a regenerar-se, e que o Governo e as empresas, em conjunto, façam o trabalho de transmissão da “cidade gastronómica”.

3. O serviço acompanhado de um sorriso é o melhor cartão de visita de qualquer cidade turística. Há alguns anos, a região vizinha criou um *slogan* clássico e muito popular: "Hoje, não se serve assim!", e os serviços de turismo melhoraram significativamente. Proponho ao Governo que incentive os sectores a reforçarem a formação dos trabalhadores para, com base na satisfação das necessidades dos clientes, conseguirem até ultrapassar as expectativas e criarem uma experiência de serviço de excelência, reforçando constantemente o charme da cidade, para atrair turistas chineses e estrangeiros, injectando uma nova dinâmica no desenvolvimento de Macau como cidade turística.

José Maria Pereira Coutinho

Como resolver o decréscimo económico, o aumento da despesa pública em contraste com a diminuição das receitas do jogo, o aumento do desemprego e das taxas de juro bancárias, e o emagrecimento da classe média

Com o fim do “Plano de benefícios do consumo por meio electrónico” e a não concessão aos idosos das sete mil patacas provenientes do Fundo de Previdência Central, todos os dias, muitas famílias deparam com o grande problema de pagar as contas, uma missão difícil e quase impossível para a maioria delas, principalmente para as famílias que têm a seu cargo os idosos, os idosos acamados, as famílias monoparentais, as famílias com deficientes, as famílias que têm a seu cargo os familiares desempregados, os trabalhadores a tempo parcial e os trabalhadores da linha de frente da função pública e de baixos rendimentos.

Após cinco meses de rigorosas medidas antiepidémicas, implementadas desde Dezembro de 2019, podemos verificar que muitas famílias dos bairros mais populosos continuam a sofrer das consequências dos terríveis efeitos dessas medidas, afectando ainda hoje, a sua qualidade de vida. Sem os cartões de consumo e as sete mil patacas do fundo de previdência não obrigatório, muitas destas famílias veem-se obrigadas a consumir e adquirir bens e serviços nas regiões vizinhas que são muito mais baratos principalmente quando adquiridos nos mercados públicos.

Devo também dizer, que esta diminuição do poder de compra está directamente relacionada com a prolongada estagnação dos salários da maioria dos trabalhadores, incluindo os trabalhadores da função pública cujos salários não são actualizados há mais de quatro anos, não obstante tanto terem trabalhado e sacrificado durante a pandemia do Covid-19. Muitos deles e principalmente os trabalhadores da linha de frente tiveram de trabalhar em longos períodos e por turnos sem qualquer tipo de compensação e descanso suficiente para recuperação física e emocional e tantas vezes prejudicados do convívio familiar e impossibilitados de acompanhar os seus filhos menores.

A permanente diminuição no consumo interno significa permanente diminuição de empresas, e uma permanente eliminação de postos de trabalho, resultando no aumento de desemprego. Estas novas regras transfronteiriças tem causado impacto na economia local, diminuindo o volume de negócios do pequeno comércio localizado nos bairros antigos e que raramente são visitados pelos turistas.

O consumo interno da classe média por via de bens e serviços teve sempre um grande impacto no Produto Interno Bruto (PIB) e constitui um importante indicador do nível da qualidade de vida, ou seja, o consumo é o principal objectivo da produção que alimenta todo o tipo de actividades económicas. Se a maioria dos residentes passarem a consumir e a adquirir bens e serviços além-fronteiras então as consequências serão cada vez mais graves para a fragilizada economia local.

Como referimos, há muitos anos, que o Governo deixou de actualizar os salários e subsídios dos trabalhadores da função pública afectando directamente o consumo interno, porque a grande maioria optou por adquirir bens e serviços no interior do continente. Chamamos a atenção do Governo para implementar medidas para repor o seu poder de compra por forma a acompanhar a carestia de vida e o aumento dos preços dos principais bens e serviços e assumir a importante responsabilidade como entidade empregadora para implementar medidas concretas e eficazes que contribuam para melhorar a sua qualidade de vida.

Nesta fase de recuperação gradual da economia de Macau e para apoiar as pequenas e médias empresas, principalmente as que se encontram fora dos locais onde os turistas mais se deslocam, o Governo deve criar incentivos para aumentar o consumo interno, sendo necessário actualizar os salários dos funcionários públicos que normalmente realizam as suas despesas internamente nomeadamente nos bairros antigos, como está a acontecer em Hong Kong, em que o Governo decidiu aumentar os salários da função pública e conceder à população os cartões electrónicos de consumo para incentivar o consumo interno.

A actualização salarial da função pública pode transmitir uma imagem positiva da recuperação económica de Macau e conseqüentemente pode captar mais turistas e investimentos estrangeiros concretizando-se a diversificação económica da região. Também poderá servir de exemplo às empresas concessionárias do jogo para actualizar os salários dos seus trabalhadores que tanto apoiaram e contribuíram com enormes sacrifícios nestes últimos três anos da pandemia nunca esquecendo que foram durante anos explorados em férias sem vencimentos ou recebendo salários inferiores aos que tinham direito.

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 20.06.2023

Promover o desenvolvimento do desporto e criar a marca de cidade desportiva diversificada

O Governo organiza, anualmente, vários eventos desportivos, por exemplo o Grande Prémio, a Maratona Internacional, o Torneio de Campeões WTT Macau, etc., e nos últimos anos, tem colaborado activamente com as operadoras do jogo para introduzir mais eventos desportivos de grande envergadura. Estes eventos mostram ao mundo a capacidade do desporto de Macau, e criam também a marca de Macau como cidade desportiva diversificada, elevando a sua reputação internacional.

Para além dos grandes eventos desportivos locais, este ano, a selecção desportiva de Macau vai participar nos “19.^{os} Jogos Asiáticos em Hangzhou”, nos “2.^{os} Jogos da Ásia Oriental para Jovens” e nos “6.^{os} Jogos Asiáticos de Artes Marciais em Recinto Coberto”, e espera-se, através destas competições, elevar o nível competitivo local e promover o desenvolvimento científico do desporto.

O Governo tem-se empenhado na promoção do desenvolvimento do desporto, na promoção do ambiente desportivo e na criação da marca de cidade desportiva diversificada. Pelo exposto, apresento as seguintes sugestões:

Primeiro: continuar a melhorar as infra-estruturas desportivas de Macau e a medicina desportiva, ao nível da investigação científica, com vista a apoiar os atletas e treinadores de forma mais profissional, para as equipas poderem desenvolver-se de forma profissional e científica; e aumentar a capacidade e competitividade dos atletas de Macau, para estarem preparados para enfrentar os próximos grandes eventos desportivos. Ao mesmo tempo, espera-se que o Governo continue a realizar mais seminários e acções de formação semelhantes aos “workshops de preparação para as grandes competições”, para os treinadores e atletas poderem ficar a conhecer melhor a importância do treino científico, planear melhor os trabalhos de preparação dos diversos treinos, e aumentar a respectiva eficácia.

Segundo: reforçar a divulgação dos eventos desportivos através da televisão e das plataformas electrónicas, mostrando aos atletas, aos espectadores *in-loco* e *online* as instalações desportivas e o nível competitivo, e mostrar ao mundo a capacidade e as condições de Macau na organização de eventos desportivos ao mais alto nível; e realçar o encanto de Macau como cidade vibrante, e, através disto, elevar o nível do ambiente desportivo local, proporcionando à população mais oportunidades para praticar desporto e reforçar a sua condição física, aumentando a qualidade do desporto de Macau.

Por último: organizar eventos desportivos de grande envergadura para

promover o turismo desportivo, aumentar a influência da marca dos eventos desportivos, elevar a atractividade de Macau como destino turístico e promover o desenvolvimento do “turismo + desporto”. Ao mesmo tempo, há que aproveitar o desporto para promover o desenvolvimento económico dos diferentes sectores de Macau, e que apoiar os produtos *Made in Macau*, com vista a proporcionar uma plataforma criativa e de marketing para o turismo e as indústrias culturais e, através disto, desenvolver sinergias entre o desporto, o turismo e a cultura, no sentido de se conseguirem mais benefícios económicos e sociais através do desenvolvimento do desporto.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 20.06.2023

Concretização da garantia de créditos e melhoramento do ambiente de negócios

Após a epidemia, a economia de Macau está a retomar o seu desenvolvimento normal. Segundo as informações do GCS, a fim de promover um desenvolvimento económico sustentável e adequadamente diversificado, e garantir a estabilidade e prosperidade de Macau, a longo prazo, o Governo, aproveitando as vantagens específicas de Macau e as oportunidades do desenvolvimento nacional, elaborou o “Plano de Desenvolvimento da Diversificação Adequada da Economia da RAEM (2024-2028)”, tendo em conta o posicionamento de “Um centro, uma plataforma, uma base” e partindo do “Segundo Plano Quinquenal” e da estratégia de desenvolvimento da diversificação adequada da economia “1+4”, preparando-se para uma auscultação de opiniões junto dos sectores. Concordo plenamente com a concretização das medidas de promoção do desenvolvimento económico pelo Governo. Para desenvolver a economia, é necessário criar um bom ambiente de negócios, entre os quais, o ambiente jurídico e as garantias dos investidores e credores são conteúdos importantes, nomeadamente em Macau, quando os serviços financeiros modernos são uma indústria importante. Mas a desactualização das leis em Macau não consegue satisfazer as exigências de eficiência do ambiente comercial moderno e, como exemplo, temos o sector bancário, que também se deparou com muitos problemas relacionados com a insuficiência de garantia de créditos.

1. Os empréstimos hipotecários para alienação de fracções autónomas em edifícios em construção não resolvem a questão da garantia dos direitos e interesses dos bancos. No âmbito da concessão de empréstimos hipotecários para alienação de fracções autónomas em edifícios em construção, os respectivos bancos credores efectuem o registo de hipoteca nos termos da Lei n.º 7/2013, mas, na fase em que o edifício está em construção, o banco credor não goza de direitos hipotecários. No caso de se registar incumprimento contratual por parte do mutuário, o banco credor pode solicitar a execução coerciva da propriedade real hipotecada, mas o crédito bancário não é pago com prioridade, apesar de ter sido constituída a garantia hipotecária prévia. Mesmo finda a fase de construção e realizado o registo definitivo do edifício, o banco credor não pode converter automaticamente a hipoteca em definitiva, embora tendo sido concluído o registo de promessa de compra e venda nos termos da Lei n.º 7/2013, pois há que celebrar uma nova escritura para ser convertida numa hipoteca formal. Em caso de atraso ou falta de cooperação do promotor ou mutuário, e se a escritura da hipoteca não for celebrada, o banco “credor com garantia real” continua a não ser reconhecido.

2. O sector bancário tem de recorrer aos meios judiciais para recuperar as suas dívidas, mas os processos para a liquidação dos empréstimos incobráveis

deparam-se com diversos problemas, como, tempo demasiado longo, execução complexa e dificuldades na conversão do imóvel em dinheiro”, o que faz com que os empréstimos malparados não possam ser tratados atempadamente, e isso aumenta e acumula os riscos para o sector. O sector bancário queixa-se que, actualmente, o processo judicial para liquidação de imóveis em hasta pública demora muitos anos, e os casos de liquidação de uma empresa ou de processo de falência individual demoram ainda mais tempo, às vezes mais de 10 anos, e isso acarreta problemas de dinheiro malparado e de redução de receitas provenientes dos juros.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. Em Macau, a forma de empréstimo através de contrato tripartido já existe há mais de 30 anos, e a Lei n.º 7 / 2013 foi aprovada há 7 anos, mas nunca foi suficiente a protecção jurídica dos direitos e interesses hipotecários dos bancos mutuantes. O seu nível de protecção legal está muito aquém do das regiões vizinhas. Solicito ao Governo que proceda à revisão da respectiva legislação, para que os créditos resultantes dos contratos-promessa de compra e venda de fracções autónomas de edifícios em construção tenham privilégio creditório. Antes da revisão da lei, o Governo deve tomar medidas para proteger a igualdade de oportunidades de pagamento dos créditos garantidos por hipoteca dos contratos-promessa.

2. Os serviços públicos e as autoridades competentes devem, por um lado, aumentar a eficiência administrativa, acelerar o ritmo da cobrança e do tratamento dos empréstimos malparados, nos termos da lei, elevar a eficiência no processo de cobrança, e proteger efectivamente os legítimos direitos e interesses dos credores e de outros interessados. Por outro lado, a morosidade e a desactualização dos procedimentos jurídicos são problemas que se verificam há muitos anos e continuam por resolver. Propõe-se que sejam revistas as respectivas leis, especialmente as relacionadas com assuntos comerciais, no sentido de acelerar, ao máximo, os processos de acções comerciais e de hipoteca de imóveis, com vista a proporcionar melhores garantias aos investidores e credores, e a melhorar o ambiente de negócios.

IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 20.06.2023

Actualização do Regulamento de Águas e de Drenagem de Águas Residuais de Macau

Há dias, o Comissariado de Auditoria divulgou o Relatório de resultados da “Obra de construção da *Box-Culvert* da Estação Elevatória de Águas Pluviais do Norte do Porto Interior”, segundo o qual, no processo de acompanhamento dos padrões de drenagem adoptados na referida estação, verificou-se que o ex-IACM não consultou a ex-DSSOPT, nem procedeu a estudos específicos, limitando-se a submeter o projecto de execução à aprovação da ex-DSSOPT após a conclusão do mesmo.

Segundo o Relatório, nos termos da legislação vigente, a ex-DSSOPT é responsável pela fiscalização dos padrões de drenagem, mas, nos relatórios de estudo realizados em 2012 e 2017, já sabia que, na zona do Porto Interior, devia adoptar o padrão de drenagem de chuvas que ocorrem uma vez em cada 20 anos, mas não enviou o relatório ao ex-IACM para conhecimento e, em Março de 2017, submeteu o relatório ao Chefe do Executivo e este autorizou a adopção do referido padrão. No final do mesmo ano, na apreciação do projecto de construção da Estação Elevatória do Norte do Porto Interior, em que foi adoptado o padrão de drenagem de chuvas que ocorrem uma vez em cada 10 anos, a ex-DSSOPT não apresentou qualquer opinião, o que impediu que esta estação elevatória pudesse desempenhar melhor as suas funções de drenagem após a conclusão da obra.

Na minha opinião, o relatório revela que há margem para melhoria dos trabalhos de concepção de esgotos em Macau. A maioria dos relatórios de estudo e dos planos não têm estatuto jurídico formal, portanto, são meras recomendações. Nesta altura em que se aproxima a mudança de governo, embora o Chefe do Executivo tenha concordado com a adopção dos critérios para a resolução das inundações, estes ainda não foram implementados em diplomas legais, por isso é óbvio que o sector da construção civil continua a aplicar as leis e os regulamentos vigentes na concepção e nos critérios de execução das obras. Segundo a prática, se os referidos critérios forem oficialmente incluídos nas orientações, o Governo deve emitir um memorando para todas as empresas de construção, incluindo as de concepção e de execução de obras, para que tomem conhecimento de que os critérios de construção foram elevados, exigindo o seu rigoroso cumprimento pelo sector.

O “Regulamento de Águas e de Drenagem de Águas Residuais” regulamenta os sistemas de abastecimento e drenagem de águas de Macau e define as disposições técnicas e condições a que deve obedecer a construção e a

manutenção dos sistemas de drenagem de águas residuais e de distribuição de água, para garantir a saúde e a segurança da população. Mas o “Regulamento” está por actualizar desde 1996. Nos últimos anos, em articulação com o desenvolvimento da Zona A, as autoridades introduziram as instalações de “água reciclada” e têm a intenção de agendar a revisão do Regulamento. Sugiro às autoridades que incluam, expressamente, no Regulamento, os critérios para o controlo das inundações, e que definam instruções detalhadas e concretas para reforçar a divulgação, para assegurar o cumprimento das normas por parte do sector em causa. Por outro lado, também se deve estudar se a Estação Elevatória do Norte do Porto Interior tem condições para aumentar a capacidade de escoamento da água.

Mais, segundo a divisão funcional, o IAM pode consultar os Serviços de Solos e Construção Urbana sobre a concepção do sistema de drenagem de águas residuais e pluviais, mas não é necessária a sua aprovação. Assim, sugiro aos serviços competentes que reforcem a cooperação e ponderem a uniformização das funções das entidades responsáveis pelo abastecimento e drenagem de águas ou dos critérios de abastecimento e drenagem, para os trabalhos ligados à vida da população serem desenvolvidos sem sobressaltos, elevando assim a qualidade e a eficiência das obras.

IAOD da Deputada Song Pei Kei em 20.06.2023

Ajustamento atempado da promoção do emprego para estabilizar a confiança da sociedade

Face ao grave impacto da epidemia na economia de Macau durante os últimos três anos, a sociedade apoia e compreende a política de austeridade do Governo. Mesmo perante o aumento da inflação e dos preços, muitos trabalhadores não se atrevem a exigir aumentos salariais, mas sim um emprego. Os trabalhadores não pararam de se articular com a situação, incluindo a redução de salários e subsídios e a obrigação de tirar férias não remuneradas, sem se atreverem a dizer o que quer que fosse mesmo perante situações irrazoáveis. Isto inclui os funcionários públicos, muitos deles na linha da frente do combate à epidemia, que tiveram de estar disponíveis durante 24 horas por dia e tiveram de suportar a pressão decorrente do congelamento dos seus salários e da redução dos seus subsídios. Por muito difícil que fosse, todos se empenharam sempre para lidar com a epidemia, com o desejo de ver Macau ultrapassar rapidamente as dificuldades e voltar ao caminho do desenvolvimento, para os seus habitantes poderem viver felizes, trabalhar com alegria, e ver a vida a melhorar.

Felizmente, Macau ultrapassou a fase mais difícil e com o regresso dos turistas, a economia retomou de forma ideal. O Governo confia que as receitas brutas do jogo atinjam este ano 130 mil milhões de patacas, e alguns relatórios económicos também prevêem que as mesmas vão ser, este ano, superiores ao previsto. Com a recuperação do mercado, o Governo deve conseguir, este ano, gerar um montante razoável de receitas, e o ritmo do desenvolvimento social poderá avançar de forma ordenada. Algumas das medidas tomadas durante a epidemia devem também ser ajustadas em função do desenvolvimento social, nomeadamente, as medidas de redução e congelamento dos salários, que têm maior impacto sobre os trabalhadores. O aumento significativo do índice de preços no consumidor durante os três anos da epidemia e a subida contínua das taxas de juro no mercado do Dólar Americano resultaram numa enorme pressão sobre os residentes da camada de base. A sociedade deseja ver acelerado o ajustamento das políticas e medidas de promoção do emprego dos residentes da camada de base à medida que a economia recupera de forma ideal.

Assim, apresento as seguintes opiniões:

1. O Governo é o dirigente do desenvolvimento social, e o desenvolvimento da equipa de funcionários públicos influencia directamente a acção governativa. Os funcionários públicos têm assumido cada vez mais responsabilidades e tarefas, especialmente os da linha da frente e da base, e têm de enfrentar mais pressão quer no trabalho quer na vida quotidiana. Porém, durante os três anos da epidemia, os salários dos funcionários estiveram congelados e os subsídios também foram reduzidos, por isso, é inevitável que o moral esteja afectado. Apesar de as condições externas ainda serem incertas e de as receitas financeiras

terem registado um certo défice durante a epidemia, a tendência de recuperação é favorável. O Governo deve então equilibrar factores e apresentar, em tempo oportuno, uma proposta de actualização salarial. Proponho que tome como referência a proposta de aumento salarial dos funcionários públicos dos níveis médio e baixo de Hong Kong, com vista a estabilizar o espírito de solidariedade dos funcionários públicos e a elevar o seu moral.

2. O nível salarial dos funcionários públicos é também um indicador para os outros salários, no passado, muitas grandes empresas seguiam as medidas do Governo e aumentavam adequadamente os salários. Claro que o desenvolvimento do mercado privado depende das decisões do mercado, mas, a liderança e a promoção activa do Governo são muito importantes e podem beneficiar mais trabalhadores de base, no entanto, o mais importante é manter a estabilidade do desenvolvimento social. Segundo a Comissão para a Reforma e Desenvolvimento Nacional, é necessário explorar activamente vias eficazes para promover o aumento dos rendimentos dos residentes, aumentar os rendimentos dos que têm baixos rendimentos, reforçar o apoio aos grupos-chave, e implementar uma nova ronda de macro políticas de incentivo. Macau está numa fase importante de promoção da diversificação adequada da economia e rumo a um desenvolvimento de alta qualidade, e só com a manutenção da confiança da sociedade no desenvolvimento é que se pode impulsionar eficazmente o consumo, o investimento e outros impulsos económicos. Pelo exposto, sugiro ao Governo que, atendendo ao desenvolvimento económico, oriente a sociedade para esta aumentar a confiança no desenvolvimento e, em particular, que incentive e apoie as empresas privadas com condições para aumentarem adequadamente os salários e adoptarem medidas para promover o desenvolvimento do emprego, por exemplo, aumentar os recursos para promover a ascensão profissional dos talentos locais, a fim de aumentar a confiança da sociedade.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 20.06.2023

Dar atenção às medidas concretas sobre a “circulação dos veículos de Macau na China” e ao seu impacto na economia de Macau

Com o apoio do Governo Central, as medidas de “circulação dos veículos de Macau na China” e de “reconhecimento mútuo das cartas de condução” já entraram em vigor há algum tempo, beneficiando centenas de milhares de residentes de Macau, facilitando o emprego, a aprendizagem, o comércio e a vida pós-aposentação dos mesmos na Grande Baía, e contribuindo para a integração de Macau no desenvolvimento nacional. Para maximizar mais esta medida, o Governo deve aperfeiçoar as medidas concretas de “circulação dos veículos de Macau na China” e adoptar estratégias adequadas, tendo em conta as mudanças na nossa economia e no consumo dos residentes, com vista a revitalizar a economia de Macau e a reduzir os impactos nestas decorrentes das deslocações à China para consumo, nomeadamente, para as micro e PME das zonas comunitárias.

De acordo com os dados disponíveis, houve um grande número de pedidos para a “circulação dos veículos de Macau na China”. Tanto aos fins-de-semana como de semana, as duas mil quotas não chegam para dar resposta à procura e, especialmente nos fins-de-semana e nas horas de ponta, as filas de veículos à espera no posto fronteiriço Hong Kong-Zhuhai-Macau são longas. Alguns residentes que participam na “circulação dos veículos de Macau na China” esperam que as autoridades continuem a optimizar as respectivas medidas concretas, para facilitar a passagem fronteiriça, criando mais postos fronteiriços para desviar os veículos.

Segundo alguns lojistas das zonas comunitárias, durante o período epidémico, estes esperaram pelo levantamento rápido das restrições fronteiriças, para poderem retomar gradualmente a sua actividade normal, com vista a inverter a situação deficitária. Mas, após a abertura das fronteiras, embora o número de visitantes tenha aumentado de forma estável, aproximando-se basicamente do nível de antes da epidemia, as PME das zonas comunitárias não foram beneficiadas. Com o lançamento da política de “circulação dos veículos de Macau na China”, muitos residentes optam por se deslocar ao Interior da China para consumir, o que resulta na redução significativa do volume de negócios nos fins-de-semana e feriados, num ambiente de negócios calmo, e na redução de 30 por cento do volume de negócios de alguns lojistas, em comparação com o período da epidemia, e até na falência de algumas micro e PME, como, da restauração, reparação de automóveis, beleza, etc.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

Em primeiro lugar, alguns comerciantes pensavam que o seu negócio ia melhorar depois da epidemia, mas o modelo de consumo dos residentes sofreu uma mudança estrutural com a “circulação dos veículos de Macau no Interior da China”. Tendo em conta os elevados custos das rendas e dos recursos humanos, os lojistas não conseguem, objectivamente, competir com os congéneres do Interior da China. Mais, muitas pequenas e médias empresas (PME) continuam a ter um saldo deficitário e não têm capacidade de pagar mensalmente as entre 60 a 70 mil patacas do empréstimo que têm, devido à epidemia. Proponho ao Governo que, em coordenação com os bancos, prorrogue até finais de 2024 a política de “devolução de juros e não do capital do empréstimo”, e que adopte mais medidas de apoio, para reduzir os custos de exploração e a pressão das PME.

Em segundo lugar, as medidas de incentivo ao consumo, como o “Carnaval de Consumo” e os “Vales de Consumo Transfronteiriços”, lançadas pelo Governo durante a epidemia, obtiveram resultados satisfatórios. Espero que as autoridades continuem a promover estas actividades para incentivar os cidadãos a permanecerem e a consumirem em Macau e, ao mesmo tempo, atrair os turistas a consumirem nos bairros comunitários, injectando uma nova vitalidade na economia desses bairros.

Em terceiro lugar, alguns residentes afirmam que as vagas para a “circulação dos veículos de Macau no Interior da China” estão sempre lotadas, o que dificulta a marcação. Espero que o Governo reveja o mecanismo de marcação prévia, para que todos os residentes que reúnem os requisitos possam usufruir, de forma justa, das facilidades proporcionadas por essa política. Ao mesmo tempo, pode-se negociar com os governos do Interior da China o aumento gradual do número de postos fronteiriços e de vias de passagem para a entrada de veículos de Macau no Interior da China, permitindo que utilizem o posto fronteiriço de Hengqin para a passagem de fronteira.

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 20.06.2023

Reforço do apoio às PME

A economia de Macau está a recuperar de forma estável, o número de visitantes aumentou de forma constante, as zonas turísticas são muito frequentadas, no entanto, segundo alguns comerciantes das zonas comunitárias, o negócio está mau, pois com o levantamento das restrições fronteiriças e o lançamento da política de circulação de veículos de Macau no Interior da China, a taxa de câmbio do Renminbi diminuiu, o desejo dos residentes em viajar para o exterior aumentou, os preços dos produtos no Interior da China são mais baixos e os rendimentos dos nossos residentes não aumentaram, entre outros factores. Isto resultou no aumento do consumo dos residentes no exterior e têm poucos clientes nas lojas em algumas zonas comunitárias.

O Plano de Subsídio de Vida está quase a terminar, algumas promoções turísticas vão acabar sucessivamente, e muitos proprietários tencionam aumentar as rendas, devido à melhoria do ambiente económico. Para as PME, cuja situação de negócio não é boa, a pressão na exploração é cada vez maior, por isso, só podem aumentar os preços, mas os residentes ainda não recuperaram capacidade de consumo, por isso, algumas PME que conseguiram ultrapassar a pandemia, perante o aumento dos custos de exploração, tais como as rendas, as matérias-primas, etc., acabaram por fechar portas antes da plena recuperação económica.

Assim, como manter os residentes e atrair os turistas são factores cruciais para a sobrevivência das PME. Para reforçar o apoio a estas empresas, apresento as seguintes sugestões:

1. Nas férias de Verão, o Governo deve lançar mais medidas de apoio para incentivar as associações comerciais, as PME e os bancos, a organizarem mais eventos por zonas, em conjugação com a gastronomia, a tecnologia, as actividades e os espectáculos, lançar mais actividades de promoção de consumo destinados aos turistas e residentes, acelerar a articulação dos produtos turísticos, tais como viagens de estudo e de família, com os bairros antigos, a fim de atrair mais consumo para as diversas zonas de Macau, para as PME dos bairros comunitários poderem também usufruir dos frutos da recuperação económica.

2. O Chefe do Executivo revelou que as seis empresas de lazer apresentaram, este ano, os planos para o desenvolvimento de seis zonas antigas da cidade. Espero então que o Governo divulgue, quanto antes, os respectivos pormenores, e, se os planos forem viáveis, que incentive estas empresas a

avançar, o mais rápido possível, com a revitalização dos bairros antigos, a melhoria do seu ambiente e a criação de novas actividades, em prol do desenvolvimento conjunto com as PME e da dinamização da economia nos bairros antigos.

3. Hoje em dia, as plataformas como a “Xiaohongshu” e a “Douyin” são a chave para atrair turistas. Muitos visitantes gostam de partilhar as suas experiências turísticas sobre a comida, a decoração e o ambiente das lojas pequenas, e as fotografias que partilham reflectem, plenamente, as características culturais de Macau, que se traduzem na coexistência das culturas chinesa e ocidental ao longo dos anos, e são estas aplicações móveis excelentes do Interior da China que trouxeram a Macau “fluxos de pessoas”. Porém, muitas PME, especialmente as situadas nas zonas residenciais, não sabem aproveitar estas plataformas e estratégias de exploração, o que resultou na sua baixa visibilidade. Por isso, sugiro ao Governo que organize mais cursos específicos para os empresários e operadores das PME, ajudando-os a arranjar mais meios de divulgação, e a elevar a sua capacidade de *marketing*, para promover a melhoria da qualidade dos serviços que prestam, a inovação de produtos e serviços e o aumento da sua competitividade.

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 20.06.2023

Reforço da regulamentação financeira das plataformas de pagamento electrónico, tal como a carteira Macau “MPay”

A Macau Pass S.A. é a primeira empresa a vender, emitir e gerir cartões porta-moedas electrónicos e a primeira instituição financeira não bancária com um sistema de liquidação financeira. Em 2018, lançou oficialmente a carteira Macau “MPay” (doravante designada por “MPay”), e em 2022, a empresa foi totalmente adquirida pela AGTech Holdings Limited, membro do grupo Alibaba. Isto significa que as “carteiras” das gentes de Macau não estão nas suas próprias mãos.

Chegaram-me muitas opiniões e preocupações dos residentes, segundo estes, só podem carregar a MPay através da conta bancária ou em numerário, mas o dinheiro não pode ser devolvido para a conta bancária; e no uso diário, há um limite diário e anual de carregamento, de 20 mil e 250 mil patacas, respectivamente, para transacções e transferências, o que é bastante inconveniente para os lojistas e grupos que necessitam de movimentar mais dinheiro.

A MPay tem 570 mil aderentes, e oferece serviços relacionados com quase todos os aspectos da vida da população, como pagamento *online* e *offline*, transferências, e pagamento de telecomunicações, água, electricidade e gás, representando 90% das transacções móveis dos residentes. Segundo a AMCM, o valor total das transacções móveis atingiu 7,3 mil milhões de patacas em 2022. Se cada residente depositasse 10 mil patacas, estariam congelados na conta de MPay cerca de sete mil milhões, ora, como a MPay não permite o movimento de dinheiro entre a aplicação e a conta bancária, nós, residentes de Macau, estamos sempre a transferir dinheiro para a MPay, que joga connosco o “jogo dos números”, arriscando a segurança financeira dos residentes.

Este fenómeno é muito preocupante. Não devemos deixar que empresas terceiras prestadoras de serviços estabeleçam cláusulas injustas que possam levar, praticamente, ao congelamento de bens pessoais. Devemos estar preparados para eventuais adversidades, em vez de duvidar da sua ocorrência. Creio que a empresa em causa não vai praticar actos que provoquem pânico, mas, do ponto de vista do utilizador, temos de prevenir a possibilidade de coisas más acontecerem.

Tendo em conta a vigilância, o alerta e a responsabilidade sobre os bens patrimoniais dos residentes, na minha opinião, o Governo deve exigir à MPay que aperfeiçoe, quanto antes, as funções de carregamento e transferência entre a aplicação e a conta bancária. Assim, a carteira electrónica deixa de ser um “jogo digital”, e os residentes podem utilizar os seus bens pessoais quando quiserem. Quanto aos lojistas e outros utilizadores específicos, o Governo deve aumentar os referidos limites diário e anual, a fim de satisfazer as suas necessidades. Por

(Tradução)

último, a AMCM deve reforçar a fiscalização à MPay, entre outras plataformas de pagamento electrónico, especialmente porque se trata de uma empresa terceira e está envolvido um grande montante de dinheiro dos residentes, com vista a evitar situações de risco, como a falência, que poderão causar grandes prejuízos aos residentes.

IAOD do Deputado Lam U Tou em 20.06.2023

Aproveitamento adequado dos terrenos desaproveitados para a sua abertura ao público para fins de lazer e estacionamento público

No ano passado, na resposta a uma interpelação escrita minha, os Serviços de Solos e Construção Urbana afirmaram que, até 31 de Março de 2022, já tinha sido declarada a caducidade de 85 terrenos, com uma área de cerca de 720 mil metros quadrados, e que 54 tinham sido recuperados, com uma área de cerca de 510 mil metros quadrados. A maioria dos casos de caducidade da concessão envolve acções judiciais, e após a conclusão destas, dos procedimentos administrativos necessários e da adjudicação dos trabalhos de despejo, a Administração procede à recuperação dos terrenos tendo em conta a respectiva situação. Segundo o Relatório sobre a Execução das LAG para 2022, dos terrenos recuperados cuja caducidade de concessão foi declarada, alguns já foram aproveitados para a construção de edifícios para serviços públicos, armazéns e habitações públicas, envolvendo uma área de cerca de 180 mil metros quadrados, portanto, existe ainda uma área de 520 mil metros quadrados de terrenos por aproveitar desde há muito tempo.

Nos últimos anos, o Governo recuperou muitos terrenos desaproveitados, acumulando a reserva mais abundante de terrenos após o retorno à Pátria, no entanto, há terrenos, uma maioria, que estão vedados há muito tempo e ainda sem qualquer finalidade oficial ou provisória definida, por isso, estão cobertos de ervas daninhas e podem transformar-se em berços de mosquitos, constituindo um risco para a saúde pública. A sociedade espera que o Governo aproveite bem os terrenos desaproveitados, que podem servir como reserva de terrenos, mas alguns deles podem ser destinados para outros fins provisórios.

Já interpelei várias vezes e sugeri, publicamente, ao Governo que, além de usar, de acordo com o planeamento, os terrenos recuperados ou da reserva para a construção de habitação pública, para leilões destinados ao sector privado, para a criação de espaços de lazer para a população e outras finalidades públicas, deve tomar como referência a prática de Singapura, que não permite o desaproveitamento dos terrenos do Estado e muito menos que neles cresçam ervas daninhas, antes procede a simples terraplanagens, à plantação de relva e à colocação de placas com a indicação “terreno do Estado” em todos os terrenos que não vão ser aproveitados a curto prazo, e abre-os ao público. Nos terrenos do Estado deste país, é fácil ver a população a passear, praticar desporto, etc., e os terrenos só encerram quando começa o seu desenvolvimento, concretizando-se assim a sua partilha com a população. Esta prática não exige planeamentos complexos, e é muito melhor do que a opção do nosso Governo, que

simplesmente veda os terrenos do Estado com barreiras metálicas e não os aproveita!

Por exemplo, o antigo terreno do “Parque Oceanis”, na Taipa, com 15 hectares, e o terreno com mais de 23 mil metros quadrados, junto ao Edifício Industrial Nam Va, na Avenida Olímpica, no bairro antigo da Taipa, e à Fábrica de Panchões Iec Long, estão abandonados há muitos anos e, neste momento, só se vêem ervas daninhas por todo o lado, o que é um grande desperdício. Além disso, os residentes de Seac Pai Van têm-se queixado da falta de campos de basquetebol e futebol em todo o bairro comunitário, quando, de facto, existem vários terrenos desaproveitados há muito tempo nas proximidades do Kartódromo de Coloane, que podem ser utilizados como espaços desportivos depois duma simples terraplanagem, e, se se planear bem a rede pedonal, em conjunto com a linha do metro ligeiro que está prestes a ser concluída, pode ser criada uma ligação livre de obstáculos entre a zona habitacional de Seac Pai Van, o Kartódromo de Coloane, a zona de lazer do Reservatório de Seac Pai Van e outras instalações do bairro comunitário.

Por isso, já sugeri várias vezes ao Governo que aproveitasse os terrenos desaproveitados e retomados para a construção de instalações provisórias para desporto e lazer. No entanto, o Governo limitou-se a responder que “Se os serviços competentes requererem a concessão de terrenos para a construção de instalações temporárias de lazer, desportivas, recreativas e culturais, após a avaliação e estudo das condições, estes podem ser entregues provisoriamente, e quando for confirmada a finalidade dos terrenos, estes reverterem para o Governo”. Até ao momento, o Governo ainda não tomou como referência esta prática. Afinal, são os serviços competentes que ainda não apresentaram o respectivo pedido ou foram os serviços responsáveis pela gestão de solos que, após a devida avaliação e estudo, consideram inadequadas as condições para a respectiva autorização? Solicito ao Governo que divulgue, publicamente, a situação.

O “Regime do serviço público de estacionamento” aprovado pela Assembleia Legislativa entra em vigor no dia 1 de Agosto, e permite a construção de parques de estacionamento em terrenos desocupados. Para fazer face à escassez de lugares de estacionamento nas diversas zonas de Macau, sugiro aos serviços competentes que aproveitem activamente os terrenos desaproveitados para a construção de parques de estacionamento públicos provisórios; e quanto aos sectores que necessitam de terrenos, o Governo pode arrendá-los provisoriamente, até serem retomados para a concretização da finalidade definida, aproveitando-se melhor os recursos de solos.

**IAOD dos Deputados Iau Teng Pio, Wu Chou Kit, Pang Chuan e Kou Kam Fai
em 20.06.2023**

Persistir na missão cultural de Macau e promover a transmissão da cultura chinesa

No simpósio sobre a transmissão e o desenvolvimento da cultura, que decorreu no dia 2 de Junho, o Presidente Xi Jinping enfatizou que a nossa nova missão cultural na nova era é continuar a promover a prosperidade cultural e a construir um país culturalmente forte e uma civilização chinesa moderna num novo ponto de partida. Neste sentido, há que fortalecer a confiança cultural, assumir a missão e trabalhar arduamente, empregando esforços conjuntos para criar uma nova cultura que pertença ao nosso tempo e construir uma civilização chinesa moderna.

Contando com o apoio da Pátria e graças à sua interligação com o Interior da China e o resto do mundo, Macau assume um importante posicionamento estratégico, ou seja, “Uma Base”, e tem um estatuto e vantagens especiais no desenvolvimento nacional, portanto, deve assumir as suas responsabilidades e desempenhar o seu papel único na promoção da construção de um país culturalmente forte. Pelo exposto, entendemos o seguinte:

1. Há que reforçar a promoção das festividades e das tradições culturais e aprofundar a sua integração nas diversas vertentes do “turismo +”. As festividades culturais integram a essência da cultura chinesa, e as actividades festivas são muito populares entre os turistas, por isso, devemos promovê-las. Assim, sugerimos a criação de histórias sobre as festividades e a cultura, o planeamento contínuo de diferentes projectos relacionados com os diversos sectores e, através disto, interligar os eventos e as festividades de Macau, por exemplo, dar a conhecer aos turistas que, com a “chegada da festividade de Tung Ng, as flores brotam e as pessoas apreciam o arroz glutinoso recheado”. Depois de amanhã celebra-se a festividade de Tung Ng, um festival com uma longa história e rico em conotações culturais, então, podemos reforçar a importância cultural desta festividade, desenvolver de forma inovadora as regatas dos Barcos-Dragão e planear uma série de eventos de marca. Isto pode reforçar as características culturais e turísticas e, ainda, promover o desenvolvimento do desporto de Macau, desempenhando o duplo papel de “Turismo + Festividades” e “Turismo + Desporto”, aumentando a atractividade turística. Por outro lado, através dos festivais tradicionais chineses, podemos criar um ambiente festivo melhor em Macau dando uma nova conotação às tradições culturais, transformando e desenvolvendo, de forma criativa e inovadora, a cultura, e fazendo com que a tradição da herança cultural perdure ao longo dos tempos.

2. Há que ter firmeza na missão cultural e promoção da cultura chinesa. O Presidente Xi Jinping sublinhou a “firmeza na autoconfiança na cultura” e a importância da divulgação da cultura chinesa. Macau deve, com base na

consolidação de “Um Centro”, promover a cultura chinesa através da indústria de turismo e lazer, e criar itinerários culturais, com a Grande Baía e todo o Interior da China, para os turistas estrangeiros experimentarem e conhecerem bem a profundidade e a diversidade da cultura chinesa, no sentido de reforçar a respectiva divulgação e influência internacional. Além disso, há que aproveitar plenamente as vantagens da “Base Cultural” e da Plataforma entre a China e os Países de Língua Portuguesa, reforçar a sensibilização e educação, promover a transmissão da cultura chinesa, aumentar a autoconfiança cultural, projectar a influência da cultura chinesa em mais países e regiões, contar bem a história da China, e contribuir para o aprofundamento do intercâmbio entre a China e o mundo.

As festividades tradicionais são suportes da memória colectiva cultural da nossa nação e representação comum da vida e dos sentimentos dos chineses, ligando, como um laço, a tradição e a modernidade, e o passado e o presente. Neste sentido, é nosso dever apresentar as festas e costumes a mais pessoas, pois assim garante-se a promoção do turismo cultural de Macau, o enriquecimento da experiência dos turistas, e a transmissão das nossas excelentes tradições culturais.

IAOD da Deputada Lo Choi In em 20.06.2023

Aperfeiçoar os mecanismos de coordenação e cooperação interserviços e reforçar o apoio financeiro aos serviços sociais

Dois temas: o primeiro é apelar ao Governo para rever a situação revelada no relatório do Comissariado da Auditoria sobre as obras do Porto Interior; e o segundo é apelar ao Governo para aumentar a percentagem dos recursos financeiros canalizados para os serviços sociais.

Há dias, o Comissariado da Auditoria divulgou um relatório de auditoria sobre as instalações para o escoamento de águas no Porto Interior, relevando que existem várias lacunas e insuficiências, desde a tomada de decisões, passando pela concepção e execução das obras, até à fiscalização. Não há comunicação entre os serviços públicos e cada um actua à sua maneira, o que impede de escolher a solução mais adequada, e o prazo das obras foi sempre adiado, perdendo-se a oportunidade de remediar a situação e desperdiçando-se tempo e dinheiro público.

Neste momento, já houve uma reorganização do quadro dos serviços em causa e, nestes dez anos, o Governo aperfeiçoou vários procedimentos administrativos e mecanismos de fiscalização. Mesmo assim, o problema nuclear, isto é, a cooperação e a comunicação entre os serviços públicos e a coordenação interdepartamental, ainda não foi resolvido. Se os serviços mantiverem a mesma postura, actuando cada um à sua maneira, a reestruturação de serviços é irrelevante, pois o problema vai repetir-se. Apelo ao Governo, sobretudo aos respectivos serviços públicos, que procedam à revisão das actuais obras e das que vão iniciar-se, para se detectar, na medida do possível, as deficiências e insuficiências, e corrigi-las. Mais, há que ponderar recorrer à via legislativa para impor aos serviços públicos a criação de mecanismos uniformes e obrigatórios de coordenação, comunicação, orientação e apoio técnico, e até fiscalização mútua, com vista a assegurar a qualidade das obras públicas, evitando o desperdício de erário público e reduzindo os impactos do atraso das obras para o trânsito.

Segundo assunto: após vários esforços da sociedade, os Serviços de Saúde anunciaram, recentemente, o alargamento do programa de assistência médica através do modelo de cooperação médico-social, para estender os serviços aos lares de idosos, assegurados por equipas médicas externas. Isto merece o meu apoio e reconhecimento. Continuo a exortar o Governo a reforçar o apoio financeiro às instituições que prestam serviços aos idosos, a adquirir serviços no sector privado e a contratar equipas médicas privadas para se deslocarem regularmente aos lares para efectuarem exames médicos, com vista a dar resposta às necessidades dos idosos. Há ainda que promover o desenvolvimento do sector privado da saúde e criar mais postos de trabalho, aliviar a pressão dos lares de idosos, reforçar a qualidade dos cuidados aos idosos, atenuar a pressão

dos trabalhadores da linha da frente da saúde, reduzir a taxa de erro médico e encurtar o tempo de espera para consultas. Apelo também ao Governo para aumentar o orçamento das diversas instituições da área dos serviços sociais, para estas poderem contratar mais pessoal, aliviar a pressão dos serviços, e responder melhor aos problemas sociais.

Atendendo à redução das receitas financeiras, o Governo anunciou, no ano passado, que não ia aumentar o orçamento para este ano. Compreendo e apoio, mas face ao envelhecimento da população, à inflação e ao desemprego estrutural, o Governo deve dar prioridade aos assuntos da vida da população e à promoção da recuperação económica, por isso, os recursos devem ser canalizados mais para as áreas relacionadas com a vida da população, assim, há que reforçar o apoio financeiro aos serviços sociais, aos grupos sociais mais fragilizados e aos desempregados, com vista à recuperação da economia comunitária.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 20.06.2023

Desenvolver a indústria do turismo e lazer para remodelar os bairros antigos

O envelhecimento dos bairros antigos de Macau tem sido alvo da atenção da sociedade, no entanto, devido às limitações do regime jurídico e do planeamento urbanístico, e ao facto de alguns moradores dos bairros antigos não conseguirem suportar as despesas avultadas com a reconstrução, é difícil realizar a renovação urbana e a revitalização dos bairros antigos. Esta questão poderá ser resolvida gradualmente, pois o “Regime jurídico da renovação urbana” já entrou em vigor no dia 1 de Junho deste ano, e estão otimizados, a nível jurídico, os procedimentos relativos à renovação urbana e à reconstrução de edifícios antigos. Mais, foram publicados, sucessivamente, o “Plano Director de Macau” e os planos de pormenor das diversas zonas, e há dias, o Chefe do Executivo afirmou que “as seis concessionárias do jogo apresentaram, no primeiro trimestre, um plano pormenorizado para a revitalização dos bairros antigos, que integra seis zonas”. Estas políticas, se puderem ser interligadas e implementadas de forma eficaz, podem contribuir para remodelar os bairros antigos, portanto, o plano em causa é alvo de atenção da sociedade.

Como, nos últimos anos, o Governo se tem esforçado na promoção da construção do “Centro Mundial de Turismo e Lazer”, e os hábitos de consumo e as formas de viagem dos turistas têm mudado, há mais turistas que preferem ir às zonas residenciais para descobrir lojas novas e experiências culturais diferentes. Os bairros antigos de Macau possuem muitos recursos turísticos e culturais, por exemplo, a actividade “Passeando pela Almeida Ribeiro” realizada este ano, que impulsionou os negócios dos bairros antigos à sua volta. Macau é uma cidade gastronómica, e muita comida boa está escondida nas ruelas e travessas dos bairros antigos, que são recursos turísticos muito populares entre residentes e turistas. Assim sendo, a execução eficaz do plano de revitalização dos bairros antigos e a integração sistemática dos recursos turísticos dos bairros antigos serão bons meios para promover o desenvolvimento da indústria integrada de turismo e lazer, bem como para melhorar a economia comunitária e otimizar o ambiente de vida da população.

Assim, sugiro o seguinte:

1. Divulgar, quanto antes, o projecto detalhado sobre a revitalização das 6 zonas antigas. Como o Governo ainda não divulgou o conteúdo do projecto, sugiro que o mesmo seja apresentado à sociedade o mais rápido possível, para os interessados darem as suas opiniões, com vista à sua optimização. O projecto deve articular-se com o Plano de Desenvolvimento da Diversificação Adequada da Economia de Macau que está em elaboração, em prol da sua harmonia com a diversificação das indústrias e a revitalização dos bairros comunitários.

2. Criar uma unidade de coordenação interdepartamental. A implementação do projecto de revitalização das zonas antigas implica, com certeza, problemas relacionados com prédios antigos, património cultural, direito de propriedade e vida quotidiana da população, portanto, sugiro que o Governo, em conjunto com a Macau Renovação Urbana, empresas de capitais públicos ou instituições de utilidade pública, crie uma unidade de coordenação interdepartamental e intersectorial, para reforçar a comunicação e a coordenação com a comunidade, as PME e as operadoras do jogo, uma vez que é necessário ter em conta as infra-estruturas necessárias para o desenvolvimento das indústrias de turismo e lazer e equilibrar o impacto da revitalização dos bairros antigos na vida da população.

3. Desenvolver o papel das “grandes empresas” na promoção dos “pequenos bairros comunitários”. Durante a revitalização dos bairros antigos, há que desenvolver as vantagens das operadoras do jogo, enquanto “grandes empresas”, na promoção dos “pequenos bairros comunitários” e das “pequenas empresas”, para que mais PME participem nos projectos de desenvolvimento e a economia comunitária seja assim desenvolvida, possibilitando-se, em articulação com o projecto, o embelezamento do ambiente comunitário, a melhoria da vida da população e a criação de bairros comunitários de qualidade e agradáveis para viver, visitar e trabalhar.

IAOD do Deputado Ma lo Fong em 27.10.2022

Aperfeiçoar o ordenamento jurídico e a sensibilização, para proteger os menores contra o assédio sexual

Para dar resposta às solicitações da sociedade quanto à protecção dos menores e das pessoas vulneráveis contra os crimes sexuais, em 2017, o Governo procedeu à revisão do Código Penal, melhorando as definições, o âmbito de aplicação e a graduação penal. Concluiu-se, no ano passado, a revisão da Lei da actividade dos centros de apoio pedagógico complementar particulares do ensino não superior, para garantir uma protecção mais completa no regime jurídico de prevenção e combate aos crimes sexuais. Porém, é verdade que a pena máxima para o crime de abuso sexual de crianças não é leve, em comparação com os outros crimes previstos no Código Penal, mas na prática, muitos casos encerraram com pena suspensa, se bem que, nalguns, a sentença tenha sido alterada para pena de prisão, tendo em consideração o impacto para a sociedade. De modo geral, a sociedade entende que a pena para este tipo de crime é leve, o que afecta o seu efeito dissuasor.

Segundo as estatísticas sobre a criminalidade e a execução da lei em 2022, divulgadas recentemente pelo Gabinete do Secretário para a Segurança, a maioria dos tipos de crime baixou, mas os casos de abuso sexual contra crianças aumentaram quase 50% relativamente ao ano anterior, o número mais elevado dos últimos quatro anos. De acordo com a Base de Dados das Crianças de Macau, registaram-se 27 casos, o número mais elevado dos últimos 20 anos, desde que existem registos, e quase o triplo da média, e o aumento significativo da taxa de relações sexuais voluntárias com pessoas de mesma idade reflecte a fraca consciência de autoprotecção dos menores, portanto, apelo à sociedade para prestar mais atenção à educação sexual dos menores. No ano passado, muitos dos indivíduos com idade inferior à idade de imputabilidade, enviados ao Ministério Público, estiveram envolvidos em crimes sexuais, e o número destes casos fez soar o alarme da protecção dos menores. A situação mostra também a premência de reforçar a sensibilização dos menores ao nível da sexualidade e da autoprotecção.

Apresento então as seguintes sugestões, a fim de promover e apelar aos sectores sociais para que protejam, em conjunto, os menores:

1. Reforçar as penas para o crime de abuso sexual de menores.

Já se passaram seis anos desde a revisão da lei e, tendo em conta o aumento significativo dos crimes registados nos últimos anos, sugiro ao Governo que reveja os efeitos dissuasores da lei, estude a disposição das regiões vizinhas sobre a impossibilidade de suspensão da pena em caso de abuso sexual de menores, aumente o limite mínimo da moldura penal, elimine a pena de multa, impossibilite a substituição da pena de prisão por multa, bem como inicie em tempo oportuno a

revisão e alteração da lei, a fim de reforçar a protecção jurídica dos menores e corresponder ao objectivo de desenvolvimento urbano de “cidade amiga das crianças”.

2. Optimização do plano curricular da educação sexual no ensino não superior

O “Quadro da organização curricular da educação regular do regime escolar local” e as “Exigências das competências académicas básicas da educação regular do regime escolar local” já integram matérias sobre educação sexual nas diversas disciplinas, mas as aulas estão mais voltadas para as questões físicas e de higiene. Mais, a falta de regulamentação da carga horária e a variação do nível de conhecimentos entre os menores, levam a que o nível de educação sexual em Macau tenha de ser reforçado. Sugiro ao Governo que aperfeiçoe, quanto antes, os planos curriculares sobre a educação sexual no ensino não superior, tomando como referência o “*spiral curriculum*” promovido a nível internacional, no sentido definir os planos curriculares tendo em conta a idade dos alunos, o tema e as matérias da educação sexual, no sentido de ministrar conhecimentos desde os de mais fácil compreensão até aos mais difíceis, bem como garantir a coerência das unidades. Mais a mais, deve estabelecer uma carga horária mínima para as aulas de educação sexual, para que se desenvolver melhor esta matéria. Entretanto, deve reforçar os trabalhos de divulgação sobre os crimes sexuais nas escolas, tendo como destinatários principais os alunos do ensino secundário, e deve promover os trabalhos de sensibilização jurídica, para dar a conhecer aos destinatários as etapas, desde a denúncia, ao pedido de apoio, até à assunção da responsabilidade penal, para reforçar o nível de consciência jurídica sobre os crimes sexuais por parte dos menores.

3. Reforçar a sensibilização dos pais sobre a educação sexual e o respectivo apoio

Para além das escolas, a participação e a orientação dos pais são também indispensáveis para os menores adquirirem conceitos e posturas correctos, numa área em que há muito trabalho de cooperação e assistência desenvolvido pelo Governo. Contudo, olhando para as actuais actividades e recursos educativos, existe ainda margem de melhoria em termos da qualidade e quantidade. Por exemplo, os temas e quotas das actividades, que não são muitos, não conseguem abranger nem satisfazer as necessidades das famílias. O conteúdo consiste essencialmente em informações sobre educação sexual para a infantil e a primária, portanto, são notoriamente insuficientes os trabalhos para a secundária, em que o crescimento físico e mental é acelerado. Sugere-se às autoridades que prestem atenção e reforcem o investimento em acções de sensibilização nos bairros comunitários, na educação familiar, nos materiais pedagógicos *online*, etc., a fim de fornecer aos pais um apoio pleno e ininterrupto em matéria de educação sexual, criando um ambiente de educação composto pela família, escola e sociedade e uma barreira de múltipla protecção.

IAOD do Deputado Cheung Kin Chung em 20.06.2023

Implementação do Plano de desenvolvimento da diversificação adequada “1+4” em prol do impulsionamento da melhoria da economia e do desenvolvimento sustentável

Graças à estabilidade do número de turistas de Macau após a epidemia, o sector do turismo de Macau e os sectores conexos estão a recuperar gradualmente. No primeiro semestre do ano, a recuperação acelerada do sector das convenções e exposições contribuiu para atrair a chegada a Macau de um grande número de participantes e expositores, cujo forte poder de compra favoreceu, efectivamente, a recuperação da economia do turismo. Mais, a realização de vários concertos de cantores famosos no primeiro semestre do ano atraiu a Macau um grande número de fãs e turistas, o que também contribuiu para a retoma da economia do turismo.

Assim, há que empregar mais esforços no segundo semestre do ano para promover o desenvolvimento do sector das convenções e exposições, e preparar activamente a realização de grandes eventos para atrair mais visitantes a Macau, criando condições para prolongar a sua estadia e impulsionar o consumo. Por exemplo, há que aumentar o número de eventos, tal como experimentar a gastronomia local e a cultura tradicional dos bairros antigos, a par de promover o desenvolvimento integrado ao nível de eventos + turismo cultural, convenções e exposições + turismo cultural, e desporto + turismo cultural, em prol do impulsionamento do consumo turístico e do desenvolvimento acelerado da economia do turismo.

O Governo da RAEM persiste em adoptar a estratégia de desenvolvimento da diversificação adequada da economia “1 + 4”, otimizar a estrutura industrial, alterar a estrutura económica relativamente monótona, para corresponder às exigências do aumento da qualidade do desenvolvimento económico. Assim, o Governo deve, tendo em conta o objectivo de transformar Macau num Centro Mundial de Turismo e Lazer, impulsionar a diversificação do turismo e do lazer, reforçar a cooperação entre Guangdong, Hong Kong e Macau, através de várias medidas, continuar a desenvolver os efeitos de “1 + 1 + 1 > 3”, a explorar novos projectos turísticos, a alargar as fontes de turistas internacionais, a fortalecer o sector em causa, e a promover o turismo de Macau e da Grande Baía.

Ao mesmo tempo, espera-se que o Governo acelere a concretização do plano de desenvolvimento diversificado e adequado do “1 + 4”, enriquecendo o conteúdo do desenvolvimento da zona de cooperação aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin, reforçando a promoção do desenvolvimento das indústrias de macrosaúde, finanças modernas, novas e altas tecnologias,

(Tradução)

convenções, exposições e comércio, cultura e desporto, etc., aumentando o peso do valor produtivo dessas indústrias, a resiliência e a competitividade do desenvolvimento económico de Macau, para promover a elevação da qualidade da economia e o seu desenvolvimento sustentável.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 20.06.2023

O sector do turismo e lazer integrado, enquanto um dos sectores pilares de Macau, recuperou desde o final do ano passado, quando a situação da prevenção epidémica se tornou clara. Mas, após os breves picos registados em abril nas férias da Páscoa e do Dia do Trabalhador, as movimentações em muitas zonas turísticas e os negócios das lojas circundantes começaram a abrandar, com um crescimento insignificante de turistas, que tinham menos vontade de consumir. Neste contexto, como se pode reforçar a atractividade de Macau para o exterior é essencial para promover a retoma global do sector do turismo e da situação socioeconómica de Macau.

Após anos de desenvolvimento, muitas competições desportivas internacionais e eventos de grande dimensão realizados em Macau tornaram-se em marcas bem conhecidas, cujo número não parou de aumentar. Por exemplo, as Regatas Internacionais de Barcos-Dragão de Macau, o Grande Prémio, a Maratona Internacional de Macau, o Festival Internacional de Música de Macau, etc. Mais, o Final do Circuito Profissional de CTA (Macau) e o Campeonato Nacional de Ténis também foram realizados em Macau durante dois anos consecutivos. As autoridades reiteraram a necessidade de maximizar os efeitos dos sectores do turismo e do jogo, enquanto sector pilar, de impulsionar a retoma económica e de promover, continuamente, a integração intersectorial do “turismo+”.

Mas, olhando para as Regatas Internacionais de Barcos-Dragão de Macau e para os eventos realizados no passado, os resultados do “Desporto + Turismo” ainda não são visíveis. No Interior da China, as Regatas de Barcos-Dragão de Guangdong, a Dança Yingge de Chaoshan e o Torneio de Basquetebol numa aldeia de Guizhou estão cada vez mais populares nas novas plataformas dos *media*, e passaram a ser um novo tema. Isto não só contribui para criar uma marca cultural da cidade e a sua imagem para o exterior, mas para atrair também a visita propositada de muitos turistas e promover a divulgação da cultura local, e o desenvolvimento do turismo e das indústrias relacionadas.

Assim, sugiro ao Governo que estude e analise com o sector, para reforçar o valor económico acrescentado da marca de Macau nos grandes eventos desportivos internacionais, como, as Regatas de Barcos-Dragão, o Grande Prémio, a Maratona, o Torneio de Ténis, etc., liderar o sector no lançamento de pacotes promocionais de “voos + hotéis + bilhetes”, a fim de aumentar a sinergia e o desenvolvimento entre os elementos turísticos de Macau; e, tendo em conta a realização dos grandes eventos desportivos, a fusão das culturas oriental e ocidental, e as culturas gastronómicas, de Lingnan e do património cultural intangível, entre outras características locais, envidar esforços para melhorar a exportação cultural, e a divulgação e a criação da imagem da cidade, através dos novos *media online*, e contribuir para o desenvolvimento coordenado do desporto, turismo e cultura.

IAOD do Deputado Chan Hou Seng em 20.06.2023

Aprender com o projecto do Arquivo Nacional de Publicações e Cultura, e integração no desenvolvimento da cultura nacional

O Arquivo Nacional de Publicações e Cultura é um projecto importante da área da cultura na nova era. No dia 1 de Junho, aquando da visita ao arquivo, o Presidente Xi Jinping referiu que o projecto tinha merecido a sua autorização e elevada atenção, pois o objectivo era recolher e preservar, nesta fase histórica, todos os dados históricos e publicações antigas, e manter a transmissão desta única civilização que nunca sofreu interrupções.

O posicionamento do arquivo é uma base de dados central de publicações e de “genes” da cultura chinesa. Assim, alargou-se o significado da palavra “publicação”, pois passa a abranger não só as versões diferentes, resultantes da edição e impressão, como também as suas formas de representação em suportes diferentes. Assim, todos os tipos de recursos com marcas civilizacionais, antigos e modernos, chineses e estrangeiros, podem ser encarados como publicações.

O Presidente Xi Jinping enfatizou várias vezes a “revisão na era de prosperidade”. O arquivo é constituído pela sede em Pequim e pelos pólos em Xi’na, Hangzhou e Guangzhou. O projecto reveste-se de profundas implicações, pois a concepção e a designação espelham a atenção à transmissão e valorização da história e da cultura. Enquanto marco cultural no processo de “transformação e desenvolvimento com criatividade”, o projecto foi um feito importante para concretizar a filosofia de “fortalecer o país através da cultura”, preconizada no relatório do 20.º Congresso do Partido Comunista da China, e merece a nossa profunda reflexão.

Assim, apresento as três sugestões seguintes:

1. Tomar como referência a experiência do Museu de Arquivos Nacionais de Publicações e Cultura para organizar as publicações de Macau

A organização do índice de publicações é um trabalho que tem sido desenvolvido pelas instituições públicas e associações culturais. Mas também é necessário haver, de forma sistemática, a recolha, colecção, estudos e exibição dos objectos físicos. Se os serviços competentes reforçarem a coordenação, unindo as associações de bibliotecas, informações literárias e demais associações para contribuírem com as suas forças profissionais, certamente a acumulação do património cultural vai atingir um novo patamar.

2. Reforçar a publicidade *online* e *offline* e incentivar a promoção dos resultados de estudos

Devido às facilidades procedimentais, as publicações de Macau são ricas em termos da sua espécie e quantidade. Segundo um relatório sobre o desenvolvimento do sector editorial da RAEM, publicavam-se 2,737 espécies de livros por dia em 2021. A análise sistemática dos resultados das publicações poderia contribuir para uma divulgação aprofundada nos bairros comunitários, tal como a exposição de livros *online* organizada por uma associação aquando do 30.º aniversário da promulgação da Lei Básica de Macau, o que não só contribui para a sua divulgação constante, mas também para um relatório académico para conhecimento da sociedade, concretizando-se os respectivos resultados.

3. Aperfeiçoar a construção do sistema de bibliotecas de acordo com a realidade de Macau

O Museu de Arquivos Nacionais de Publicações e Cultura é uma combinação de biblioteca, museu, galeria de arte e arquivo e desempenha funções da conservação de arquivo, bem como a sua exibição, estudos e intercâmbio. A sua concepção, que prevê um pavilhão principal e três subdivisões, salienta os seus caracteres de cultura, transmissão e símbolo, reflectindo a longa história da cultura chinesa. Em breve, terão lugar o planeamento dos Novos Aterros e a construção da Biblioteca Central de Macau, assim, a experiência do Interior da China, em termos dos seus *hardware* e *software*, que são a construção e o planeamento, respectivamente, apresenta um significativo valor de referência.

“A boa ferramenta faz o bom operário”, e esta “ferramenta” é o sistema de funcionamento. Há que conservar e aproveitar bem as publicações de Macau de acordo com os padrões do País e com as devidas adaptações consoante os recursos e condições da RAEM, pois é assim que se preserva a cultura de Macau, acelerando a integração no desenvolvimento cultural do país.